

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

RELATÓRIO DE GESTÃO

Lídia Mateus



15

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, qualquer Instituição ou Entidade tem como dever a apresentação de contas, sendo esta apresentação da responsabilidade dos respetivos Corpos Gerentes. Numa Instituição como a Santa Casa da Misericórdia de Sines, e num contexto de crise económica e financeira, a apresentação de contas reveste-se de uma maior importância e revela-se uma tarefa ainda mais exigente e crucial devido ao aumento exponencial dos problemas e desafios sociais e à diminuição das participações familiares.

Assim, a preparação deste documento teve como alicerces o rigor e a fiabilidade pois só assim é possível demonstrar a realidade da Instituição.

A juntar a tudo isto importa referir que a Santa Casa da Misericórdia de Sines procura inovar, melhorando e valorizando os serviços prestados aos utentes. Acresce, ainda, que no âmbito do plano para a sustentabilidade no triénio 2013/2016, foi dada uma especial atenção a dois eixos fundamentais: consolidação organizacional e profissionalização da gestão.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2015 verificou-se um ano muito positivo para a Misericórdia mas totalmente atípico.

Como pontos relevantes a destacar tivemos:

- Inauguração e abertura de uma nova Estrutura Residencial com 82 camas (Prats Sénior);
- Encerramento de um lar (Anexo II) e parte de outro já obsoleto (Anexo I);
- Substituição de equipamentos na cozinha e na lavandaria;
- Abertura do espaço e serviços de Fisioterapia;
- Abertura da Sala de Snoezelen;
- Abertura de uma nova portaria, com a integração de colaboradores portadores de deficiência;
- Abertura da nova Loja Social (Stock Sines);
- Contratação do programa de gestão técnica QualityAlive;
- Reforço da equipa da saúde e de Ajudantes de Lar;
- Execução de projetos para melhoria de equipamentos desenquadrados com a legislação e com o conforto máximo dos utentes;
- Aprovação da Certificação Energética de grande parte dos edifícios da Instituição;
- Alargamento do protocolo celebrado entre a SCMS e o Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal passando de 50 para 100 pessoas;
- Renovação do protocolo da Cantina Social (25 refeições diárias)
- Assinatura do protocolo RLIS e CLDS
- Reestruturação da estrutura organizacional da Instituição: Organograma
- Teleassistência ao domicílio nos utentes de SAD
- Implementação de medicação blistarada
- Pesquisa da história da Instituição para elaboração de uma obra literária com o título "500 anos de história de uma instituição".

RELATÓRIO DE GESTÃO | 2015

ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA

A situação económica da Santa Casa da Misericórdia de Sines, no exercício de 2015, evidencia uma evolução em termos de rendimentos e gastos, a qual reflete a atividade desenvolvida pela Instituição, a concretização dos objetivos e o planeamento idealizado.

O resultado líquido, negativo, do exercício, cifrou-se em 298.407,79 €.

Em termos de estrutura de rendimentos e gastos, apresenta a composição seguinte:

Rendimentos e Ganhos

(em euros)

Rubricas	2015	2014	Variação
Vendas e serviços prestados	1.761.168,66	1.551.095,24	-13,54%
Subsídios à exploração	2.255.153,25	2.212.333,85	-1,94%
Outros rendimentos e ganhos	266.680,77	341.294,02	21,86%
Juros e rendimentos similares obtidos	709,49	768,32	7,66%
TOTAL	4.283.712,17	4.105.491,43	-4,34%

Gastos e Perdas

(em euros)

Rubricas	2015	2014	Variação
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	646.187,77	595.485,13	-8,51%
Fornecimentos e serviços externos	885.616,37	823.967,03	-7,44%
Gastos com o pessoal	2.756.127,41	2.393.219,45	-15,16%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.667,06	12.969,57	2,33%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	24.721,78	14.643,78	-68,82%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	207.223,09	184.881,78	-12,27%
Juros e gastos similares suportados	49.576,48	16.037,59	-209,13%
TOTAL	4.582.119,96	4.041.204,33	-13,39%

RELATÓRIO DE GESTÃO | 2015

ANÁLISE FINANCEIRA

Da análise ao balanço, constata-se o equilíbrio da estrutura financeira da Santa Casa da Misericórdia de Sines relativamente ao exercício de 2015, sustentado pelos rácios de autonomia financeira, apurado em cerca de 60%, de dependência financeira em cerca de 40% e o rácio de solvabilidade total apurado em cerca de 1,52.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Rubricas	Períodos		Diferença	Variação
	Orçamentado	Real		
Vendas e serviços prestados	1.720.000,00	1.761.168,66	41.168,66	
Subsídios, doações e legados à exploração	1.964.050,00	2.255.153,25	291.103,25	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	575.000,00	646.187,77	71.187,77	
Fornecedores e serviços externos	700.000,00	885.616,37	185.616,37	
Gastos com o pessoal	2.353.700,00	2.756.127,41	402.427,41	
Provisões (aumentos / reduções)	5.000,00	12.667,06	7.667,06	
Provisões específicas (aumentos / reduções)	0	0	0,00	
Outros rendimentos e ganhos	34.000,00	266.680,77	232.680,77	
Outros gastos e perdas	22.600,00	24.721,78	2.121,78	
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	61.750,00	-42.317,71	104.067,71	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	250.000,00	207.223,09	-42.776,91	
Resultado Operacional	-188.250,00	-249.540,80	-61.290,80	
Juros e rendimentos similares obtidos	0	709,49	709,49	
Juros e gastos similares suportados	60.000,00	49.576,48	-10.423,52	
Resultado líquido do período	-248.250,00	-298.407,79	-50.157,79	-20,20%

(em euros)

Rubricas	Orçamentado Anos anteriores	Orçamentado 2015	TOTAL Orçamentado	Real	Real em curso	TOTAL REAL	Variação
Edifícios e Outras Construções	1 855 250,00	1 616 000,00	3 471 250,00	3 290 072,50	71 783,32	3 361 855,82	3,15%
Equipamento Básico	205 649,00	178 000,00	383 649,00	260 531,17	0,00	260 531,17	32,09%
Equipamento de Transporte		50 000,00	50 000,00	5 000,00	0,00	5 000,00	90,00%
Equipamento Administrativo		50 000,00	50 000,00	14 584,11	0,00	14 584,11	70,83%
Outros Ativos Fixos Tangíveis		150 000,00	150 000,00	65 117,02	5 569,43	70 686,45	52,88%
TOTAL	2 060 899,00	2 044 000,00	4 104 899,00	3 635 304,80	77 352,75	3 712 657,55	9,56%

Proposta:

«*Santa Casa da Misericórdia de Sines*»

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2015

14 de Março de 2016

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 105/2011, de 14 de Março – Série I – n.º 51)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Montantes expressos em Euros)

<u>«Balanço»</u>				
Rubricas	Notas	31/12/2015 (1)	31/12/2014 (2)	Variação % (1)-(2)
ACTIVO:				
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis		6.131.938,39	5.310.233,62	15,47%
Propriedades de investimento		-	-	-
Goodwill		-	-	-
Activos intangíveis		18.781,70	-	-
Activos biológicos		-	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		-	-	-
Participações financeiras - outros métodos		-	-	-
Accionistas/sócios		-	-	-
Outros activos financeiros		3.452,85	818,74	321,73%
Activos por impostos diferidos		-	-	-
		6.154.172,94	5.311.052,36	15,87%
Activo corrente:				
Inventários		29.601,16	23.920,48	23,75%
Activos biológicos		-	-	-
Clientes		104.522,97	99.784,05	4,75%
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-
Estado e outros entes públicos		59.444,23	372.583,86	-84,05%
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		2.310,09	29.898,82	-92,27%
Outras contas a receber		99.539,00	65.179,14	52,72%
Diferimentos		16.506,93	20.198,66	-18,28%
Outros activos financeiros		2.000,00	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-
Caixa e depósitos bancários		730.833,81	874.868,25	-16,46%
		1.044.758,19	1.486.433,26	-29,71%
Total do Activo		7.198.931,13	6.797.485,62	5,91%
FUNDOS PRÓPRIOS:				
Fundos		66.517,74	66.517,74	-
Reservas		886.129,65	886.129,65	-
Resultados transitados		26.199,01	(9.616,48)	-372,44%
Excedentes de revalorização		-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais		3.662.578,28	3.033.518,93	20,74%
		(298.407,79)	64.357,10	-563,68%
Resultado líquido do período				
Interesses minoritários				-
Total dos Fundos Próprios		4.343.016,89	4.040.906,94	7,48%
PASSIVO:				
Passivo não corrente:				
Provisões		300,00	300,00	-0,00%
Provisões Específicas				
Financiamentos obtidos		455.733,55	515.655,39	-11,62%
Outras contas a pagar		-	-	-
		456.033,55	515.955,39	-11,61%
Passivo corrente:				
Fornecedores		390.427,39	285.229,74	36,88%
Adiantamentos de clientes		-	-	-
Estado e outros entes públicos		71.496,18	57.469,07	24,41%
Accionistas/sócios		-	-	-
Financiamentos obtidos		933.354,16	789.014,54	18,29%
Outras contas a pagar		988.487,58	1.072.674,45	-7,85%
Diferimentos		16.115,38	36.235,49	-55,53%
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros passivos financeiros		-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-
		2.399.880,69	2.240.623,29	7,11%
Total do Passivo		2.855.914,24	2.756.578,68	3,60%
Total do Capital Próprio e do Passivo		7.198.931,13	6.797.485,62	5,91%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Montantes expressos em Euros)

«Demonstração de Resultados por Naturezas»

Rendimentos e Gastos	31/12/2015 (1)	31/12/2014 (2)	Varição % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	1.761.168,66	1.551.095,24	13,54%
Subsídios, doações e legados à exploração	2.255.153,25	2.212.333,85	1,94%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(646.187,77)	(595.485,13)	8,51%
Fornecimentos e serviços externos	(885.616,37)	(823.967,03)	7,48%
Gastos com o pessoal	(2.756.127,41)	(2.393.219,45)	15,16%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(12.667,06)	(12.969,57)	-2,33%
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	266.680,77	341.294,02	-21,86%
Outros gastos e perdas	(24.721,78)	(14.643,78)	68,82%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	(42.317,71)	264.438,15	-116,00%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(207.223,09)	(184.811,78)	12,13%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	(249.540,80)	79.626,37	-413,39%
Juros e rendimentos similares obtidos	709,49	768,32	-7,66%
Juros e gastos similares suportados	(49.576,48)	(16.037,59)	209,13%
Resultado antes de impostos (EBT)	(298.407,79)	64.357,10	-563,68%
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-
Resultado líquido do período	(298.407,79)	64.357,10	-563,68%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Montantes expressos em Euros)

«Demonstração de Resultados por Funções»

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	31/12/2015 (1)	31/12/2014 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	1.761.168,66	1.551.095,24	13,54%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(646.187,77)	(595.485,13)	8,51%
Resultado bruto	1.114.980,89	955.610,11	16,68%
Outros rendimentos	2.521.834,02	2.553.627,87	-1,25%
Gastos de distribuição	-	-	-
Gastos administrativos	(3.848.966,87)	(3.401.998,26)	13,14%
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-	-
Outros gastos	(37.388,84)	(27.613,35)	35,40%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(249.540,80)	79.626,37	-413,39%
Gastos de financiamento (líquidos)	(48.866,99)	(15.269,27)	220,03%
Resultados antes de impostos	(298.407,79)	64.357,10	-563,68%
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-
Resultado líquido do período	(298.407,79)	64.357,10	-563,68%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO EM 01-01-2014	1	66.517,74	-	886.129,65	(46.139,62)	-	2.686.928,82	31.912,70	3.625.349,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-
Alterações de políticas contabilísticas									-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									-
Ajustamentos por impostos diferidos									-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					36.523,13			(31.912,70)	4.610,43
	2	-	-	-	36.523,13	-	-	(31.912,70)	4.610,43
	3							64.357,10	64.357,10
	4=2+3							32.444,40	68.967,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO EXTENSIVO									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									-
Subsídios, doações e legados							346.590,11		346.590,11
Outras operações							346.590,11		346.590,11
	5								
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2014	6=1+2+3+5	66.517,74	-	886.129,65	(9.616,49)	-	3.033.518,93	64.357,10	4.040.906,93



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital	Ações	Outros	Resultados	Excedentes	Outras	Resultado	Total	Interesses	Total do
POSICÃO EM 01-01-2015	6	66.517,74	-	886.129,65	(9.616,49)	-	3.033.519,93	64.357,10	4.040.906,93	-	4.040.906,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					35.815,49			(64.357,10)	(28.541,61)		(28.541,61)
Alterações de políticas contabilísticas					35.815,49			(64.357,10)	(28.541,61)		(28.541,61)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							(298.407,79)	(298.407,79)		(298.407,79)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							(362.764,89)	(326.949,40)		(326.949,40)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados							629.059,35		629.059,35		629.059,35
Outras operações	10						629.059,35		629.059,35		629.059,35
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2015	1=6+7+8+10	66.517,74	-	886.129,65	26.199,00	-	3.662.570,28	(298.407,79)	4.343.016,89	-	4.343.016,89

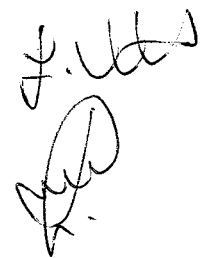
Demonstração de fluxos de caixa
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2015 (1)	31/12/2014 (1)	Variação % (1)-(2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes		1.749.720,93	1.551.124,87	12,80%
Pagamentos a fornecedores		(1.334.740,07)	(1.286.487,64)	3,75%
Pagamentos ao pessoal	15	(1.796.098,25)	(1.959.578,49)	-8,34%
Caixa gerada pelas operações		(1.381.117,39)	(1.694.941,26)	-18,52%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1.502.327,34	1.903.190,26	-21,06%
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		121.209,95	208.249,00	-41,80%
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	6,7	(858.598,90)	(2.035.768,57)	-57,82%
Activos intangíveis	6,7	-	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-
Outros activos		-	-	-
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		-	44.924,73	-100,00%
Activos intangíveis		-	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-
Outros activos		-	-	-
Subsídios ao investimento		572.642,83	1.401.536,24	-59,14%
Juros e rendimentos similares	16	709,49	768,32	-7,66%
Dividendos		-	-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(285.246,58)	(588.539,28)	-51,53%
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	14	588.579,40	1.485.420,37	-60,38%
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Cobertura de prejuízos		-	-	-
Doações		-	-	-
Outras operações de financiamento		-	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	16	(517.098,76)	(849.781,80)	-39,15%
Juros e gastos similares	16	(49.478,45)	(16.684,06)	196,56%
Dividendos		-	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Outras operações de financiamento		-	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		22.002,19	618.954,51	-96,45%
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(142.034,44)	238.664,23	-159,51%
Efeito das diferenças de câmbio		-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		872.868,25	634.204,02	-13,18%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		730.833,81	872.868,25	37,63%

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Handwritten signature in black ink, consisting of a stylized name and a flourish below it.

Handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. Uta' with a large circular flourish below it.

Anexo às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2015

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Sines, supostamente fundada em 1516, teve os seus estatutos aprovados em Assembleia Geral de 18 de Novembro de 1986, tendo sido concedida a sua aprovação canónica, por decreto diocesano de 27 de Dezembro de 1986, pela Diocese de Beja. Foi também reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) a 30/06/1997, pela Portaria 778/83 de 23 de Julho, pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Serviço Distrital de Setúbal.

A Santa Casa da Misericórdia de Sines é portadora do Número de Identificação Fiscal (NIF) 501408886, com sede na Avenida 25 de Abril n.º 2, freguesia e concelho de Sines.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015 foram elaboradas, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e seguem os modelos definidos na Portaria 105/2011 de 14 de Março.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto.

Os instrumentos legais da normalização contabilística para as ESNL são as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março – aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março - aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

2.2 - *Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.* “

2.3 - *O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior (contas de 2013 com as de 2012.*

2.4 - A entidade adotou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2012.

NOTA 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Instituição na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL:

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a Instituição avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a atividade e os fins da Instituição. Da avaliação resultou que a atividade tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

abatimentos de volume concedidos pela Instituição. A Instituição empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.– POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer. Posteriormente ao registo inicial a Instituição mantém estes ativos registados pelo método do custo, não tendo neste exercício procedido a quaisquer revalorizações.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, Decreto-lei 78/89 de 3 de Março, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edificações ligeiras	-	6 anos
Outros edifícios e construções	-	50 anos
Equipamento básico	-	6 anos
Equipamento de transporte	-	5 anos
Equipamento administrativo	-	6 anos
Equipamento informático	-	5 anos
Programas de computador	-	3 anos
Taras e vasilhame	-	8 anos

3.2.2. – INVENTÁRIOS

Os inventários, dada a vocação social da Entidade, são registados ao último preço de custo.

3.2.3. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

A perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.4. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.

O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da instituição recebidos e a receber pela instituição de sua própria conta.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente ou utente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.5. – SUBSÍDIOS

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição cumprirá as condições a eles associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.6. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os ativos contingentes são divulgados quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

3.2.7. – LOCAÇÃO FINANCEIRA

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Quaisquer custos diretos iniciais, tais como de negociação e de garantia, são adicionados à quantia reconhecida como ativo. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.9. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- i) Benefícios de curto prazo;
- ii) benefícios de médio e longo prazo;
- iii) outros benefícios pós-emprego; e
- iv) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

b) Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o contrato de trabalho de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

f.lli
[Handwritten signature]

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

A instituição colocou num depósito a prazo 300.000 € que tem à guarda e pertencem aos utentes. Os juros desse depósito já adicionados ao montante pertencente aos utentes não sendo rendimento da Santa Casa da Misericórdia de Sines.

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2015 detalha-se conforme se segue:

Caixa e seus Equivalentes

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Outros títulos negociáveis		
Depósitos bancários	869.192,97	725.168,77
Ativos financeiros pelo justo valor	2.000,00	2.000,00
Caixa	3.675,28	5.665,04
	<u>874.868,25</u>	<u>732.833,81</u>

NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DE DISPOSIÇÃO DA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

À parte os efeitos da transição descritos em 2.4 não há outros efeitos da aplicação inicial da NCRF-ESNL

5.2 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

NOTA 6. ATIVOS FIXOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

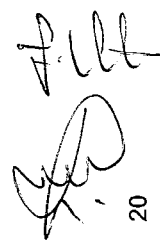
Durante os períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Ativo Bruto

	Saldo em 1/01/2014	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3 818 166,71	63 568,50	29 780,00	-	3 851 955,21	3 290 072,50	-	-	7 142 027,71
Equipamento básico	827 244,48	58 832,33	-	-	886 076,81	269 335,05	8 803,68	-	1 146 608,18
Equipamento de transporte	382 829,66	26 202,58	43 231,56	-	365 800,68	5 000,00	-	-	370 800,68
Equipamento administrativo	226 862,75	4 883,89	-	-	231 746,64	14 584,11	-	-	246 330,75
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis em curso	807 763,52	1 920 389,64	45 356,53	-	2 682 796,63	963 473,53	3 574 486,84	-	71 783,32
Outros activos fixos tangíveis	279 394,45	22 752,41	6 246,74	-	295 900,12	65 117,02	-	-	361 017,14
	6 342 261,57	2 096 629,35	124 614,83	-	8 314 276,09	4 607 582,21	3 583 290,52	-	9 338 567,78



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	1 276 154,22	115 548,02		446,70	1 391 255,54	123 792,05			1 515 047,59
Equipamento básico	730 174,92	46 487,56			776 662,48	48 961,31			825 623,79
Equipamento de transporte	374 211,57	7 586,36	38 752,81	416,88	342 628,24	10 765,52			353 393,76
Equipamento administrativo	218 421,73	5 462,71			223 884,44	4 806,68			228 691,12
Equipamentos biológicos	0,00				0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis	259 829,97	9 781,80			269 611,77	14 261,36			283 873,13
	2 858 792,41	184 866,45	38 752,81	863,58	3 004 042,47	202 586,92	0,00	0,00	3 206 629,39

Gastos com Depreciações

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	115.101,32	123.792,05
Equipamento básico	46.487,56	48.961,31
Equipamento de transporte	6.752,60	10.765,52
Equipamento administrativo	5.462,71	4.806,68
Equipamentos biológicos		
Outros ativos fixos tangíveis	9.781,80	14.261,36
	<u>183.585,99</u>	<u>202.586,92</u>

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Activo Bruto									
	<u>Saldo em 01/01/2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Goodwill					-				-
Projectos de desenvolvimento					-				-
Programas de computador	7 989,90				7 989,90	23 417,87			31 407,77
Propriedade industrial					-				-
Outros activos intangíveis					-				-
...					-				-
	<u>7 989,90</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7 989,90</u>	<u>23 417,87</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31 407,77</u>

Amortizações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Projetos de desenvolvimento					-				-
Programas de computador	6.764,11	1.225,79			7.989,90	4.636,17			12.626,07
Propriedade industrial					-				-
Outros ativos intangíveis					-				-
...					-				-
	6.764,11	1.225,79	-	-	7.989,90	4.636,17	-	-	12.626,07

Gastos com Amortizações

	2014	2015
-		
Ativos Intangíveis		
Projetos de desenvolvimento		
Programas de computador	1.225,79	4.636,17
Propriedade industrial		
Outros ativos intangíveis		
...		
	1.225,79	4.636,17

NOTA 7. LOCAÇÕES

Em 31/12/2013 e 31/12/2014, a Instituição apresenta os seguintes valores em regime de locação financeira, sendo os respetivos passivos relacionados com locações distribuídos da seguinte forma:

2014	Ativos em Locação Financeira			Passivos por Locação Financeira	
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Não Corrente	Corrente
Terrenos e recursos naturais			-		
Edifícios e outras construções			-		
Equipamento básico			-		
Equipamento de transporte	20.547,42	20.547,42	-		
Equipamento administrativo			-		
Equipamentos biológicos			-		
Outros ativos fixos tangíveis			-		
	20.547,42	20.547,42	-	-	-

2015	Ativos em Locação Financeira			Passivos por Locação Financeira	
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Não Corrente	Corrente
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico					
Equipamento de transporte	12.937,14	4.053,31	8.883,83	8.883,83	
Equipamento administrativo					
Equipamentos biológicos					
Outros ativos fixos tangíveis					
	12.937,14	4.053,31	8.883,83	8.883,83	

	Capital em Dívida 31/12/2014	Capital em Dívida 31/12/2015
Pagamentos até 1 anos	-	-
Pagamentos entre 1 e 5 anos		8.883,83
Pagamentos a mais de 5 anos		
	-	8.883,83

NOTA 8. IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade de ativos são detalhadas conforme se segue:

	Imparidades Acumuladas						Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Reversões	
Ativos Fixos Tangíveis							
Terrenos e recursos naturais				-			-
Edifícios e outras construções				-			-
Equipamento básico				-			-
Equipamento de transporte				-			-
Equipamento administrativo				-			-
Equipamentos biológicos				-			-
Outros ativos fixos tangíveis				-			-
Ativos Intangíveis							
Goodwill				-			-
Projetos de desenvolvimento				-			-
Programas de computador				-			-
Propriedade industrial				-			-
Outros ativos intangíveis				-			-
...				-			-
Propriedades de Investimento				-			-
Investimentos financeiros				-			-
Investimentos em curso				-			-
Inventários				-			-
Clientes	79 621,68	12 969,57	24 151,91	68 439,34	12 869,61	14 955,83	66 353,12
Outros devedores				-			-
Ativos não correntes detidos para venda				-			-
	<u>79 621,68</u>	<u>12 969,57</u>	<u>24 151,91</u>	<u>68 439,34</u>	<u>12 869,61</u>	<u>14 955,83</u>	<u>66 353,12</u>



NOTA 9. INVENTÁRIOS

Em 31/12/2014 e em 31/12/2015, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

	Inventários						
	Inventário em 01/01/2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2015
Matérias primas e consumíveis	6 313,22	538 794,10	(1 358,29)	6 805,53	586 060,70	1 691,71	4 444,98
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	5 060,00	53 686,48	-	2 921,43	60 264,82	-	3 728,02
Materiais diversos	12 353,40	-	(1 840,12)	14 193,52	12 901,90	(5 667,26)	21 428,16
	23 726,62	592 480,58	(3 198,41)	23 920,48	646 325,52	(3 975,55)	29 601,16
Custb das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				595 485,13			646 187,77
Variações nos inventários da produção				-			-

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 10. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição em 31/12/2014 e em 31/12/2015 é detalhado conforme se segue:

	Réditos							
	2014			2015				
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
Venda de mercadorias	73.284,57	0,00	0,00	0,00	93.735,74	0,00	0,00	0,00
Fraídas	38.216,94				46.671,18			
Medicamentos	32.992,77				43.206,86			
Outros produtos	2.074,86				3.857,70			
Prestação de serviços	1.477.810,67	5.222,28	0,00	1.512,52	1.667.432,92	0,00	0,00	0,00
Matrículas e Mensalidades	1.408.925,45				1.587.429,86			
Complementos p/dependência	37.879,04				34.125,26			
Quotizações	5.222,28	5.222,28	0,00	1.512,52	5.603,28			
Meios compl. Diagnóstico	1.237,90				1.009,02			
Outros	24.546,00				39.265,50			
Juros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Juros de empréstimos								
Juros de atualização de valor								
Royalties	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
Total	1.551.095,24	5.222,28	0,00	1.512,52	1.761.168,66	0,00	0,00	0,00

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2015 é detalhada conforme se segue:

	Provisões			
	Saldo em 01/01/2014	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2014
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Desmantelamento e restauro de ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Outras provisões	622,84		322,84	300,00
Matérias ambientais	-	-	-	-
	<u>622,84</u>	<u>-</u>	<u>322,84</u>	<u>300,00</u>
				<u>-</u>
				<u>300,00</u>

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)**

NOTA 12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Subsídios	Capital próprio						Financiamentos		Imputação de subsídios para investimentos		Demonstração de resultados	
	Data de Início	Data de fim	Valor atribuído		Subsídios		Subsídios		Subsídios		Subsídios	
			2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Subsídios relacionados com activos												
PIDDAO - Lar Prats	2 001	2 050	3.029.602,47	2.938.058,93	3.470.788,28	-	-	-	50.437,52	56.859,24	-	-
CMS - Lar Prats	2 001	2 050	869.532,79	569.323,51	547.879,99	-	-	-	21.443,52	21.443,52	-	-
Sinergia 2000(Sala de Forração)	2 001	2 050	145.821,96	106.981,19	104.300,75	-	-	-	2.680,44	2.680,44	-	-
Sinergia 2000(Edifícios L. Ancora/P. abrigo)	2 003	2 052	997,60	738,25	-	-	-	-	19,92	19,92	-	-
Empresas de inserção - Inserlimpa	2 007	2 052	217.163,00	158.816,10	155.754,19	-	-	-	3.780,24	3.780,24	-	-
Sala Social	2 007	2 055	18.700,11	1.525,98	1.525,98	-	-	-	2.439,96	2.439,96	-	-
FEDER - Inalentejo	2 010	2 060	122.000,00	102.480,06	100.040,10	-	-	-	10.073,44	12.430,44	-	-
IFAP - PRODOR	2 011	2 060	1.621.954,26	1.913.446,91	2.473.659,30	-	-	-	10.000,00	14.064,72	-	-
C/G-Comissão p/Cidadania e Igualdade de Género			33.432,75	84.746,93	87.627,97	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios à exploração			-	-	-	36.115,49	16.115,38	-	-	-	2.075.631,34	2.059.601,16
073/CEI/12												
05/PVE-AE/2013						2.756,48						
027/PVE-EP/2013												
0074/EST/13												
0076/EST/13												
008/EAGE/2013												
Centro Regional												
IEFP												
0139/EE/13						778,91					1.898.996,14	1.897.816,59
129/CEI/13						727,76					176.635,20	161.784,57
0142/EE/13						779,52						
0137/EE/13						685,74						
0227/EE/14						5.437,61						
0228/EE/14						17.441,97						
0226/EE/14						7.130,76						
0027/EE/14						376,74						
0431/EC/15							3.320,22					
0544/EC/15							7.545,96					
0367/EE/15							5.249,20					
Reembolsáveis												
Incentivo 1												
Incentivo 2												
TOTAL			3.029.602,47	2.938.058,93	3.470.788,28	36.115,49	16.115,38	-	50.437,52	56.859,24	2.075.631,34	2.059.601,16

Doações e Heranças

	2014	2015
Donativos	136 702,51	195 552,09
	<u>136 702,51</u>	<u>195 552,09</u>

NOTA 13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço, que dessem origem a ajustamentos das demonstrações financeiras nem tão pouco a divulgação.

NOTA 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

Clientes


	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Clientes Correntes						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias						
De 180 a 360 dias	111.308,40	127.151,66	0,00		111.308,40	127.151,66
Mais de 360 dias			-68.439,34	-66.353,12	-68.439,34	-66.353,12
Clientes de Cobranças Duvidosas					0,00	0,00
Saldos não vencidos					0,00	0,00
Saldos vencidos:					0,00	0,00
Até 180 dias					0,00	0,00
De 180 a 360 dias					0,00	0,00
Mais de 360 dias	56.914,99	43.724,43			56.914,99	43.724,43
	<u>168.223,39</u>	<u>170.876,09</u>	<u>-68.439,34</u>	<u>-66.353,12</u>	<u>99.784,05</u>	<u>104.522,97</u>

Outras Contas a Receber

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Fornecedores (saldos contrários)	247,37	
Adiant. e outras operações com o pessoal	3.813,82	2.355,94
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros acionistas		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber		
Faturação a emitir		
Outros acréscimos de rendimentos	1.674,57	
Outros Devedores		
Subsídios a receber	52.437,07	32.984,34
Outros	<u>7.006,31</u>	<u>64.198,72</u>
	<u>65.179,14</u>	<u>99.539,00</u>

Diferimentos Ativos

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Diferimento de gastos		
Obras		
Rendas	3 000,00	
Vestuário e calçado doado		
Outros gastos diferidos	<u>17 198,66</u>	<u>16 506,93</u>
	<u>20 198,66</u>	<u>16 506,93</u>

f. l. l. l.


Empréstimos e Descobertos Bancários

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	515 655,39	455 733,55
Contas Correntes Caucionadas		
Descobertos Bancários		
Locação Financeira		-
	<u>515 655,39</u>	<u>455 733,55</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários		
Descobertos Bancários		
Livranças		
Contas Correntes Caucionadas	789 014,54	924 470,33
Factoring		
Locação Financeira		8 883,83
	<u>789 014,54</u>	<u>933 354,16</u>
	<u>1 304 669,93</u>	<u>1 389 087,71</u>

Discriminação dos financiamentos obtidos em 2014 e 2015:

<u>Entidade</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Caixa Geral de Depósitos	226.666,52	206.666,48
Crédito Agrícola	789.014,54	924.470,33
Novo Banco	288.988,87	249.067,07
FGA Capital		8.883,83
	<u>1.304.669,93</u>	<u>1.389.087,71</u>

Prazo de Reembolso dos Empréstimos

	<u>Total</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos Bancários	455.733,55		-	455.733,55
Descobertos Bancários	-	-		
Livranças	-	-		
Contas Correntes Caucionadas	924.470,33	924.470,33		
Factoring	-	-		
Papel comercial	-			
Locação Financeira	8.883,83		8.883,83	
	<u>1.389.087,71</u>	<u>924.470,00</u>	<u>8.883,83</u>	<u>455.734,00</u>

Fornecedores

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Fornecedores, Conta Corrente	285.229,74	390.427,39
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, facturas em rec. e conf.		
	<u>285.229,74</u>	<u>390.427,39</u>

f.ubs
[Signature]

Estado e Outros Entes Públicos

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Finanças	360 840,40	45 457,69
Segurança Social	(45 725,61)	(57 509,64)
Outros		
	<u>315 114,79</u>	<u>(12 051,95)</u>
	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar		
IRC – Pagamento por Conta		
Retenção imposto s/ rend.		
IVA - A Recuperar	372 583,86	59 444,23
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social		
	<u>372 583,86</u>	<u>59 444,23</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar		
Retenção imposto s/ rend.	(11 629,08)	(13 626,42)
Retenção imposto s/ rend. - prestacional		
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	(45 725,61)	(57 509,64)
Outras Tributações	(114,38)	(360,12)
	<u>(57 469,07)</u>	<u>(71 496,18)</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u>315 114,79</u>	<u>(12 051,95)</u>

Outras Contas a Pagar

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Não Correntes		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Adiantamentos por conta de vendas		
	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente		
Clientes (saldos contrários)	10,00	
Pessoal	2.717,39	637,70
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros acionistas		
Fornecedores de investimentos	283.103,68	73.481,16
Adiantamentos por conta de vendas		
Credores por acréscimos de gastos	309.282,38	395.338,80
Remunerações a pagar ao pessoal	299.905,33	387.098,72
Juros a liquidar	1.709,97	1.640,15
Outros acréscimos de gastos	7.667,08	6.599,93
Outros Credores	<u>477.571,00</u>	<u>519.029,92</u>
	<u>1.072.674,45</u>	<u>988.487,58</u>
	<u>1.072.674,45</u>	<u>988.487,58</u>

NOTA 15. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 31/12/2015 foi de 227 pessoas.

Gastos com o Pessoal

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	(1 963 655,63)	(2 257 145,62)
Encargos sobre Remunerações	(402 328,20)	(466 565,23)
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	(15 795,51)	(16 739,90)
Estimativa para participação nos lucros		
Outros gastos com Pessoal	(11 440,11)	(15 676,66)
	<u>(2 393 219,45)</u>	<u>(2 756 127,41)</u>

Número Médio de Colaboradores

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Lar Prats	23	29
Anexo 1	18	12
Anexo 2	14	0
Jardim Infantil (Creche/Pré-Escolar)	16	17
Serviço Apoio Domiciliário	11	12
Lar Âncora	12	12
Centro de Acolhimento Mãe Sol	7	6
Centro de Acolhimento Porto de Abrigo	6	6
Centro de Dia	2	2
Lavandaria/Rouparia	7	8
Transportes	3	3
Limpeza	5	18
Cozinhas	18	19
Ação Social	3	1
Manutenção/Armazém	2	3
Administrativos	10	8
Saúde	11	18
Animação	1	1
Salão Social	1	0
Multimédia e Divulgação	1	2
Lar Prats Sénior	1	33
Aprovisionamento/Armazém	5	5
Estágios	10	1
Estágio Vida Emprego	0	0
CEI	15	5
Inserlar	6	0
Inserlimpa	8	0
Fisioterapia	2	3
Desenvolvimento e Projectos (RLIS)	0	3
	<u>218</u>	<u>227</u>

NOTA 16. DETALHE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Apresentamos os comparativos discriminados dos saldos em 31/12/2014 e 31/12/2015 de rubricas de gastos e de rendimentos não incluídas nos pontos anteriores:

16.1 – Fornecimentos e Serviços Externos

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Trabalhos especializados	77.835,19	95.210,83
Publicidade e propaganda	422,57	3.677,05
Vigilância e segurança	321,16	0,00
Honorários	33.380,09	28.108,17
Conservação e reparação	37.520,44	49.353,03
Encargos de saúde com utentes	67.437,33	77.094,22
Serviços Bancários	7.674,58	2.297,90
Funerais suportados	2.655,00	955,00
Inserlar	50.400,00	46.200,00
Inserlimpa	75.000,00	68.750,00
Ferramentas e Utensílios	27.402,65	41.603,45
Livros e documentação técnica	597,75	513,91
Material de escritório	10.520,06	12.380,80
Artigos para oferta	2.008,69	1.864,88
Material didático	2.836,88	6.624,36
Jornais e revistas	735,25	804,30
Vestuário e calçado de utentes	22.207,42	3.625,10
Rouparia	75,70	249,89
Eletricidade	67.144,19	72.422,40
Combustíveis	95.824,03	80.204,48
Água	1.089,93	1.197,74
Deslocações e estadas	7.170,38	6.148,10
Comissões	4.920,00	0,00
Rendas e alugueres	19.198,66	20.753,36
Comunicação	27.089,06	28.031,68
Seguros	14.749,79	13.633,28
Contencioso e notariado	1.214,16	983,51
Despesas de representação	391,65	1.874,80
Limpeza, higiene e conforto	153.195,45	193.362,58
Outros	12.948,97	27.691,55
	<u>823.967,03</u>	<u>885.616,37</u>

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

16.2 – Juros e Gastos Similares

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Juros de financiamento obtidos	15 997,81	49 571,74
Juros de mora e compensatórios	0,16	0,91
Outros juros	39,62	3,83
	<u>16 037,59</u>	<u>49 576,48</u>

16.3 – Rendimentos e Ganhos de Financiamento

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Juros de depósitos bancários	768,32	709,49
	<u>768,32</u>	<u>709,49</u>

16.4 – Outros Gastos e Perdas

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Impostos	672,66	3 978,33
Correções relativas a períodos anteriores	6 327,55	17 053,40
Donativos	59,90	80,50
Quotizações	1 700,00	2 950,00
Doações a outras Instituições	979,75	509,55
Perdas em Imobilizações	4 895,63	
Multas não fiscais	8,29	150,00
	<u>14 643,78</u>	<u>24 721,78</u>

16.5 – Outros Rendimentos e Ganhos

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Aluguer Equipamento	33 168,43	34 321,19
Ganhos em imobilizações	49 600,00	
Outros Rendimentos Suplementares	150 123,69	137 606,10
Correções relativas a períodos anteriores	51 415,22	21 443,39
Imputação subsídios para investimento	50 437,52	56 859,24
Proveitos não especificados	6 549,16	2 644,29
	<u>341 294,02</u>	<u>252 874,21</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



J. U. V. S.
R. P.

Anexo às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2015

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Sines, supostamente fundada em 1516, teve os seus estatutos aprovados em Assembleia Geral de 18 de Novembro de 1986, tendo sido concedida a sua aprovação canónica, por decreto diocesano de 27 de Dezembro de 1986, pela Diocese de Beja. Foi também reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) a 30/06/1997, pela Portaria 778/83 de 23 de Julho, pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Serviço Distrital de Setúbal.

A Santa Casa da Misericórdia de Sines é portadora do Número de Identificação Fiscal (NIF) 501408886, com sede na Avenida 25 de Abril n.º 2, freguesia e concelho de Sines.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015 foram elaboradas, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e seguem os modelos definidos na Portaria 105/2011 de 14 de Março.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto.

Os instrumentos legais da normalização contabilística para as ESNL são as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março – aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março - aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

2.2 - *Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.* “

2.3 - *O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior (contas de 2013 com as de 2012.*

2.4 - A entidade adotou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2012.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Instituição na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL:

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a Instituição avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a atividade e os fins da Instituição. Da avaliação resultou que a atividade tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

abatimentos de volume concedidos pela Instituição. A Instituição empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer. Posteriormente ao registo inicial a Instituição mantém estes ativos registados pelo método do custo, não tendo neste exercício procedido a quaisquer revalorizações.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, Decreto-lei 78/89 de 3 de Março, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edificações ligeiras	-	6 anos
Outros edifícios e construções		50 anos
Equipamento básico	-	6 anos
Equipamento de transporte	-	5 anos
Equipamento administrativo	-	6 anos
Equipamento informático	-	5 anos
Programas de computador		3 anos
Taras e vasilhame		8 anos

3.2.2. – INVENTÁRIOS

Os inventários, dada a vocação social da Entidade, são registados ao último preço de custo.

3.2.3. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

A perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.4. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.

O rédito inclui somente os fluxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da instituição recebidos e a receber pela instituição de sua própria conta.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente ou utente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.5. – SUBSÍDIOS

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição cumprirá as condições a eles associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.6. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os ativos contingentes são divulgados quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

3.2.7. – LOCAÇÃO FINANCEIRA

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Quaisquer custos diretos iniciais, tais como de negociação e de garantia, são adicionados à quantia reconhecida como ativo. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.9. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- i) Benefícios de curto prazo;
- ii) benefícios de médio e longo prazo;
- iii) outros benefícios pós-emprego; e
- iv) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

b) Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o contrato de trabalho de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

A instituição colocou num depósito a prazo 300.000 € que tem à guarda e pertencem aos utentes. Os juros desse depósito já adicionados ao montante pertencente aos utentes não sendo rendimento da Santa Casa da Misericórdia de Sines.

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2015 detalha-se conforme se segue:

Caixa e seus Equivalentes

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Outros títulos negociáveis		
Depósitos bancários	869.192,97	725.168,77
Ativos financeiros pelo justo valor	2.000,00	2.000,00
Caixa	3.675,28	5.665,04
	<u>874.868,25</u>	<u>732.833,81</u>

NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DE DISPOSIÇÃO DA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

À parte os efeitos da transição descritos em 2.4 não há outros efeitos da aplicação inicial da NCRF-ESNL

5.2 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

7-11-11
[Handwritten signature]

NOTA 6. ACTIVOS FIXOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Ativo Bruto

	Saldo em 1/01/2014	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Terrenos e recursos naturais	-				-				-
Edifícios e outras construções	3 818 166,71	63 568,50	29 780,00		3 851 955,21	3 290 072,50			7 142 027,71
Equipamento básico	827 244,48	58 832,33			886 076,81	269 335,05	8 803,68		1 146 608,18
Equipamento de transporte	382 829,66	26 202,58	43 231,56		365 800,68	5 000,00			370 800,68
Equipamento administrativo	226 862,75	4 883,89			231 746,64	14 584,11			246 330,75
Equipamentos biológicos	-				-				-
Activos fixos tangíveis em curso	807 763,52	1 920 389,64	45 356,53		2 682 796,63	963 473,53	3 574 486,84		71 783,32
Outros activos fixos tangíveis	279 394,45	22 752,41	6 246,74		295 900,12	65 117,02			361 017,14
	6 342 261,57	2 096 629,35	124 614,83	-	8 314 276,09	4 607 582,21	3 583 290,52	-	9 338 567,78

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	1 276 154,22	115 548,02		446,70	1 391 255,54	123 792,05			1 515 047,59
Equipamento básico	730 174,92	46 487,56			776 662,48	48 961,31			825 623,79
Equipamento de transporte	374 211,57	7 586,36	38 752,81	416,88	342 628,24	10 765,52			353 393,76
Equipamento administrativo	218 421,73	5 462,71			223 884,44	4 806,68			228 691,12
Equipamentos biológicos	0,00				0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis	259 829,97	9 781,80			269 611,77	14 261,36			283 873,13
	2 858 792,41	184 866,45	38 752,81	863,58	3 004 042,47	202 586,92	0,00	0,00	3 206 629,39

Gastos com Depreciações

	2014	2015
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	115.101,32	123.792,05
Equipamento básico	46.487,56	48.961,31
Equipamento de transporte	6.752,60	10.765,52
Equipamento administrativo	5.462,71	4.806,68
Equipamentos biológicos		
Outros ativos fixos tangíveis	9.781,80	14.261,36
	183.585,99	202.586,92

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Activo Bruto								
	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Goodwill					-				-
Projectos de desenvolvimento					-				-
Programas de computador	7 989,90				7 989,90	23 417,87			31 407,77
Propriedade industrial					-				-
Outros activos intangíveis					-				-
...					-				-
	7 989,90	-	-	-	7 989,90	23 417,87	-	-	31 407,77

Amortizações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015
Projetos de desenvolvimento					-				-
Programas de computador	6.764,11	1.225,79			7.989,90	4.636,17			12.626,07
Propriedade industrial					-				-
Outros ativos intangíveis					-				-
...					-				-
	<u>6.764,11</u>	<u>1.225,79</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.989,90</u>	<u>4.636,17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.626,07</u>

Gastos com Amortizações

	2014	2015
-		
Ativos Intangíveis		
Projetos de desenvolvimento		
Programas de computador	1.225,79	4.636,17
Propriedade industrial		
Outros ativos intangíveis		
...		
	<u>1.225,79</u>	<u>4.636,17</u>

NOTA 7. LOCAÇÕES

Em 31/12/2013 e 31/12/2014, a Instituição apresenta os seguintes valores em regime de locação financeira, sendo os respetivos passivos relacionados com locações distribuídos da seguinte forma:

2014	Ativos em Locação Financeira			Passivos por Locação Financeira	
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Não Corrente	Corrente
Terrenos e recursos naturais			-		
Edifícios e outras construções			-		
Equipamento básico			-		
Equipamento de transporte	20.547,42	20.547,42	-		
Equipamento administrativo			-		
Equipamentos biológicos			-		
Outros ativos fixos tangíveis			-		
	20.547,42	20.547,42	-	-	-

2015	Ativos em Locação Financeira			Passivos por Locação Financeira	
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Não Corrente	Corrente
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico					
Equipamento de transporte	12.937,14	4.053,31	8.883,83	8.883,83	
Equipamento administrativo					
Equipamentos biológicos					
Outros ativos fixos tangíveis					
	12.937,14	4.053,31	8.883,83	8.883,83	

	Capital em Dívida 31/12/2014	Capital em Dívida 31/12/2015
Pagamentos até 1 anos	-	-
Pagamentos entre 1 e 5 anos		8.883,83
Pagamentos a mais de 5 anos		
	-	8.883,83

NOTA 8. IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade de ativos são detalhadas conforme se segue:

	Imparidades Acumuladas						
	Saldo em 01/01/2014	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2015
Ativos Fixos Tangíveis							
Terrenos e recursos naturais				-			-
Edifícios e outras construções				-			-
Equipamento básico				-			-
Equipamento de transporte				-			-
Equipamento administrativo				-			-
Equipamentos biológicos				-			-
Outros ativos fixos tangíveis				-			-
Ativos Intangíveis							
Goodwill				-			-
Projetos de desenvolvimento				-			-
Programas de computador				-			-
Propriedade industrial				-			-
Outros ativos intangíveis				-			-
...				-			-
Propriedades de Investimento				-			-
Investimentos financeiros				-			-
Investimentos em curso				-			-
Inventários				-			-
Clientes	79 621,68	12 969,57	24 151,91	68 439,34	12 869,61	14 955,83	66 353,12
Outros devedores				-			-
Ativos não correntes detidos para venda				-			-
	<u>79 621,68</u>	<u>12 969,57</u>	<u>24 151,91</u>	<u>68 439,34</u>	<u>12 869,61</u>	<u>14 955,83</u>	<u>66 353,12</u>



NOTA 9. INVENTÁRIOS

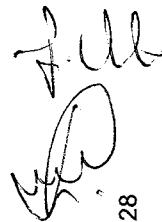
Em 31/12/2014 e em 31/12/2015, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Inventários

	Inventário em 01/01/2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2015
Matérias primas e consumíveis	6 313,22	538 794,10	(1 358,29)	6 805,53	586 060,70	1 691,71	4 444,98
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	5 060,00	53 686,48	-	2 921,43	60 264,82	-	3 728,02
Materiais diversos	12 353,40	-	(1 840,12)	14 193,52	12 901,90	(5 667,26)	21 428,16
	23 726,62	592 480,58	(3 198,41)	23 920,48	646 325,52	(3 975,55)	29 601,16
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				595 485,13			646 187,77
Variações nos inventários da produção				-			-



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 10. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição em 31/12/2014 e em 31/12/2015 é detalhado conforme se segue:

	Réditos							
	2014			2015				
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
Venda de mercadorias	73.284,57	0,00	0,00	0,00	93.735,74	0,00	0,00	0,00
Fraldas	38.216,94				46.671,18			
Medicamentos	32.992,77				43.206,86			
Outros produtos	2.074,86				3.857,70			
Prestação de serviços	1.477.810,67	5.222,28	0,00	1.512,52	1.667.432,92	0,00	0,00	0,00
Matrículas e Mensalidades	1.408.925,45				1.587.429,86			
Complementos p/dependência	37.879,04				34.125,26			
Quotizações	5.222,28	5.222,28	0,00	1.512,52	5.603,28			
Meios compl. Diagnóstico	1.237,90				1.009,02			
Outros	24.546,00				39.265,50			
Juros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Juros de empréstimos								
Juros de atualização de valor								
Royalties	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
Total	1.551.095,24	5.222,28	0,00	1.512,52	1.761.168,66	0,00	0,00	0,00

NOTA 11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2015 é detalhada conforme se segue:

	Provisões				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 01/01/2014	Constituição e reforço	Reversões e utilizações	Saldo em 31/12/2014	
Garantias a clientes				-	-
Processos judiciais em curso				-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais				-	-
Impostos				-	-
Contratos onerosos				-	-
Reestruturação				-	-
Desmantelamento e restauro de ativos fixos tangíveis				-	-
Outras provisões	622,84		322,84	300,00	300,00
Matérias ambientais				-	-
	<u>622,84</u>	<u>-</u>	<u>322,84</u>	<u>300,00</u>	<u>-</u>
					<u>300,00</u>

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Data de Início	Data de fim	Valor atribuído	Subsídios							
			Capital próprio		Financiamentos		Demonstração de resultados			
			2014	2015	2014	2015	Imputação de subsídios para investimentos	Subsídios à exploração		
Subsídios relacionados com activos		3.029.602,47	2.938.058,93	3.470.788,28	-	-	50.437,52	56.859,24	-	-
2 001	2 050	869.532,79	569.323,51	547.879,99	-	-	21.443,52	21.443,52	-	-
2 001	2 050	145.821,96	106.981,19	104.300,75	-	-	2.680,44	2.680,44	-	-
2 001	2 050	997,60	738,25	-	-	-	19,92	19,92	-	-
2 003	2 052	217.163,00	158.816,10	155.754,19	-	-	3.780,24	3.780,24	-	-
		18.700,11	1.525,98	1.525,98	-	-	-	-	-	-
2 007	2 056	122.000,00	102.480,06	100.040,10	-	-	2.439,96	2.439,96	-	-
		1.621.954,26	1.913.446,91	2.473.659,30	-	-	10.073,44	12.430,44	-	-
2 011	2 060	33.432,75	84.746,93	87.627,97	-	-	10.000,00	14.064,72	-	-
Subsídios à exploração		-	-	-	36.115,49	16.115,38	-	-	2.075.631,34	2.059.601,16
05/1PVE-AE/2013					2.756,48					
027/1PVE-EP/2013										
0074/EST/13										
0076/EST/13										
008/EAEC/2013										
Centro Regional										
IEFP										
0139/EE/13					778,91				1.898.996,14	1.897.816,59
129/CEI/13					727,76				176.635,20	161.784,57
0142/EE/13					779,52					
0137/EE/13					685,74					
0227/EE/14					5.437,61					
0228/EE/14					17.441,97					
0226/EE/14					7.130,76					
0027/EE/14					376,74					
0431/EE/15								3.320,22		
0544/EE/15								7.545,96		
0367/EE/15								5.249,20		
Reembolsáveis										
Incentivo 1										
Incentivo 2										
Total		3.029.602,47	2.938.058,93	3.470.788,28	36.115,49	16.115,38	-	50.437,52	56.859,24	2.075.631,34
										2.059.601,16

Doações e Heranças

	2014	2015
Donativos	136 702,51	195 552,09
	<u>136 702,51</u>	<u>195 552,09</u>

NOTA 13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço, que dessem origem a ajustamentos das demonstrações financeiras nem tão pouco a divulgação.

NOTA 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

Clientes

	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Clientes Correntes						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias						
De 180 a 360 dias	111.308,40	127.151,66	0,00		111.308,40	127.151,66
Mais de 360 dias			-68.439,34	-66.353,12	-68.439,34	-66.353,12
Clientes de Cobranças Duvidosas					0,00	0,00
Saldos não vencidos					0,00	0,00
Saldos vencidos:					0,00	0,00
Até 180 dias					0,00	0,00
De 180 a 360 dias					0,00	0,00
Mais de 360 dias	56.914,99	43.724,43			56.914,99	43.724,43
	<u>168.223,39</u>	<u>170.876,09</u>	<u>-68.439,34</u>	<u>-66.353,12</u>	<u>99.784,05</u>	<u>104.522,97</u>

Outras Contas a Receber

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Fornecedores (saldos contrários)	247,37	
Adiant. e outras operações com o pessoal	3.813,82	2.355,94
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros acionistas		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber		
Faturação a emitir		
Outros acréscimos de rendimentos	1.674,57	
Outros Devedores		
Subsídios a receber	52.437,07	32.984,34
Outros	<u>7.006,31</u>	<u>64.198,72</u>
	<u>65.179,14</u>	<u>99.539,00</u>

Diferimentos Ativos

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Diferimento de gastos		
Obras		
Rendas	3 000,00	
Vestuário e calçado doado		
Outros gastos diferidos	<u>17 198,66</u>	<u>16 506,93</u>
	<u>20 198,66</u>	<u>16 506,93</u>

Empréstimos e Descobertos Bancários

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	515 655,39	455 733,55
Contas Correntes Caucionadas		
Descobertos Bancários		
Locação Financeira		-
	<u>515 655,39</u>	<u>455 733,55</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários		
Descobertos Bancários		
Livranças		
Contas Correntes Caucionadas	789 014,54	924 470,33
Factoring		
Locação Financeira		8 883,83
	<u>789 014,54</u>	<u>933 354,16</u>
	<u>1 304 669,93</u>	<u>1 389 087,71</u>

Discriminação dos financiamentos obtidos em 2014 e 2015:

<u>Entidade</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Caixa Geral de Depósitos	226.666,52	206.666,48
Crédito Agrícola	789.014,54	924.470,33
Novo Banco	288.988,87	249.067,07
FGA Capital		8.883,83
	<u>1.304.669,93</u>	<u>1.389.087,71</u>

Handwritten signature and initials

Prazo de Reembolso dos Empréstimos

	<u>Total</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos Bancários	455.733,55		-	455.733,55
Descobertos Bancários	-	-		
Livranças	-	-		
Contas Correntes Caucionadas	924.470,33	924.470,33		
Factoring	-	-		
Papel comercial	-			
Locação Financeira	8.883,83		8.883,83	
	<u>1.389.087,71</u>	<u>924.470,00</u>	<u>8.883,83</u>	<u>455.734,00</u>

Fornecedores

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Fornecedores, Conta Corrente	285.229,74	390.427,39
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, facturas em rec. e conf.		
	<u>285.229,74</u>	<u>390.427,39</u>

Estado e Outros Entes Públicos

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Finanças	360 840,40	45 457,69
Segurança Social	(45 725,61)	(57 509,64)
Outros		
	<u><u>315 114,79</u></u>	<u><u>(12 051,95)</u></u>
	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar		
IRC – Pagamento por Conta		
Retenção imposto s/ rend.		
IVA - A Recuperar	372 583,86	59 444,23
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social		
	<u><u>372 583,86</u></u>	<u><u>59 444,23</u></u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar		
Retenção imposto s/ rend.	(11 629,08)	(13 626,42)
Retenção imposto s/ rend. - prestacional		
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	(45 725,61)	(57 509,64)
Outras Tributações	(114,38)	(360,12)
	<u><u>(57 469,07)</u></u>	<u><u>(71 496,18)</u></u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u><u>315 114,79</u></u>	<u><u>(12 051,95)</u></u>

Outras Contas a Pagar

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Não Correntes		
Cientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Adiantamentos por conta de vendas		
	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente		
Cientes (saldos contrários)	10,00	
Pessoal	2.717,39	637,70
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros acionistas		
Fornecedores de investimentos	283.103,68	73.481,16
Adiantamentos por conta de vendas		
Credores por acréscimos de gastos	309.282,38	395.338,80
Remunerações a pagar ao pessoal	299.905,33	387.098,72
Juros a liquidar	1.709,97	1.640,15
Outros acréscimos de gastos	7.667,08	6.599,93
Outros Credores	477.571,00	519.029,92
	<u>1.072.674,45</u>	<u>988.487,58</u>
	<u>1.072.674,45</u>	<u>988.487,58</u>

NOTA 15. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 31/12/2015 foi de 227 pessoas.

Gastos com o Pessoal

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	(1 963 655,63)	(2 257 145,62)
Encargos sobre Remunerações	(402 328,20)	(466 565,23)
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	(15 795,51)	(16 739,90)
Estimativa para participação nos lucros		
Outros gastos com Pessoal	(11 440,11)	(15 676,66)
	<u>(2 393 219,45)</u>	<u>(2 756 127,41)</u>

Número Médio de Colaboradores

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Lar Prats	23	29
Anexo 1	18	12
Anexo 2	14	0
Jardim Infantil (Creche/Pré-Escolar)	16	17
Serviço Apoio Domiciliário	11	12
Lar Âncora	12	12
Centro de Acolhimento Mãe Sol	7	6
Centro de Acolhimento Porto de Abrigo	6	6
Centro de Dia	2	2
Lavandaria/Rouparia	7	8
Transportes	3	3
Limpeza	5	18
Cozinhas	18	19
Ação Social	3	1
Manutenção/Armazém	2	3
Administrativos	10	8
Saúde	11	18
Animação	1	1
Salão Social	1	0
Multimédia e Divulgação	1	2
Lar Prats Sénior	1	33
Aprovisionamento/Armazém	5	5
Estágios	10	1
Estágio Vida Emprego	0	0
CEI	15	5
InserIar	6	0
Inserlimpa	8	0
Fisioterapia	2	3
Desenvolvimento e Projectos (RLIS)	0	3
	<u>218</u>	<u>227</u>

NOTA 16. DETALHE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Apresentamos os comparativos discriminados dos saldos em 31/12/2014 e 31/12/2015 de rubricas de gastos e de rendimentos não incluídas nos pontos anteriores:

16.1 – Fornecimentos e Serviços Externos

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Trabalhos especializados	77.835,19	95.210,83
Publicidade e propaganda	422,57	3.677,05
Vigilância e segurança	321,16	0,00
Honorários	33.380,09	28.108,17
Conservação e reparação	37.520,44	49.353,03
Encargos de saúde com utentes	67.437,33	77.094,22
Serviços Bancários	7.674,58	2.297,90
Funerais suportados	2.655,00	955,00
Inserlar	50.400,00	46.200,00
Inserlimpa	75.000,00	68.750,00
Ferramentas e Utensílios	27.402,65	41.603,45
Livros e documentação técnica	597,75	513,91
Material de escritório	10.520,06	12.380,80
Artigos para oferta	2.008,69	1.864,88
Material didático	2.836,88	6.624,36
Jornais e revistas	735,25	804,30
Vestuário e calçado de utentes	22.207,42	3.625,10
Rouparia	75,70	249,89
Eletricidade	67.144,19	72.422,40
Combustíveis	95.824,03	80.204,48
Água	1.089,93	1.197,74
Deslocações e estadas	7.170,38	6.148,10
Comissões	4.920,00	0,00
Rendas e alugueres	19.198,66	20.753,36
Comunicação	27.089,06	28.031,68
Seguros	14.749,79	13.633,28
Contencioso e notariado	1.214,16	983,51
Despesas de representação	391,65	1.874,80
Limpeza, higiene e conforto	153.195,45	193.362,58
Outros	12.948,97	27.691,55
	<u>823.967,03</u>	<u>885.616,37</u>

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

16.2 – Juros e Gastos Similares

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Juros de financiamento obtidos	15 997,81	49 571,74
Juros de mora e compensatórios	0,16	0,91
Outros juros	39,62	3,83
	<u>16 037,59</u>	<u>49 576,48</u>

16.3 – Rendimentos e Ganhos de Financiamento

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Juros de depósitos bancários	768,32	709,49
	<u>768,32</u>	<u>709,49</u>

16.4 – Outros Gastos e Perdas

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Impostos	672,66	3 978,33
Correções relativas a períodos anteriores	6 327,55	17 053,40
Donativos	59,90	80,50
Quotizações	1 700,00	2 950,00
Doações a outras Instituições	979,75	509,55
Perdas em Imobilizações	4 895,63	
Multas não fiscais	8,29	150,00
	<u>14 643,78</u>	<u>24 721,78</u>

16.5 – Outros Rendimentos e Ganhos

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Aluguer Equipamento	33 168,43	34 321,19
Ganhos em imobilizações	49 600,00	
Outros Rendimentos Suplementares	150 123,69	137 606,10
Correções relativas a períodos anteriores	51 415,22	21 443,39
Imputação subsídios para investimento	50 437,52	56 859,24
Proveitos não especificados	6 549,16	2 644,29
	<u>341 294,02</u>	<u>252 874,21</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

